

Marcílio arrocha economia para controlar a inflação

Brasil

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — O ministro da economia, Marcílio Marques Moreira, anunciou ontem, durante a reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz), que o Banco Central vai acionar nas próximas semanas instrumentos que resultarão num aperto da política monetária, além de continuar mantendo as taxas de juros em níveis elevados. Além disso, Marcílio informou que o governo apertará o cinto na área da política fiscal. "O momento atual é difícil e delicado", disse o ministro, ao anunciar sua decisão de acabar com o que vem sendo interpretado como "frouxidão". Mais tarde, ao receber do presidente da CUT, Jair Meneguelli — que desconhecia o anúncio das medidas de aperto econômico —, proposta de aumento geral de 50% para todos os trabalhadores, o diplomata Marcílio agradeceu polidamente a contribuição.

O ministro aproveitou a reunião dos secretários estaduais de Fazenda para dar um duro recado sobre o futuro da economia e rebater as críticas que vem recebendo. Não se trata de um choque, deixou claro o ministro. "O choque está afastado porque acaba minando a médio e longo prazos os próprios objetivos de tranquilidade, de restauração do crédito público e da confiança no trabalho, cooperação e entendimento entre todos." Segundo ele, o governo tomará medidas que sejam compatíveis com o objetivo final, que é a economia de mercado e a restauração do crédito público.

Marcílio disse que não partilha das interpretações em tom catástrofico sobre a economia brasileira. Ele reconheceu a existência de um repique inflacionário nas últimas semanas e justificou a decisão de sua equipe para o amplo descongelamento feito sobre os preços: "Se ele (o descongelamento) não ocorresse, criaria uma espécie de panela de pressão que, uma vez aberta, produziria uma grande explosão." Na área de pre-



Marcílio decidiu arrocho e Meneguelli pediu aumento

ços e tarifas públicas, por exemplo, Marcílio disse que manutenção do congelamento por mais tempo acabaria por minar as políticas fiscais dos governos federal, estaduais e municipais, que seriam obrigados a buscar recursos em outras fontes para cobrir déficits.

Ao comemorar três meses no ministério, Marcílio fez um amplo relato sobre sua administração. Citou a solução de problemas entre fornecedores e indústrias e indústrias e comércio, que estavam ocorrendo, principalmente, na área da indústria automobilística e da linha branca (fogões, geladeiras e máquinas de lavar roupa, por exemplo). Um outro caso lembrado pelo ministro, em que a resposta do governo não foi tão rápida quanto nas relações empresariais na indústria automobilística, foi

a questão de recursos do governo para a agricultura.

Na área dos governos estaduais — a platéia que ouviu o discurso de Marcílio —, o ministro descartou a "percepção errada" de que o governo estaria "soltando as burras". Ou seja, que o governo estaria exigindo ajustes muito rígidos. O ministro referiu-se, em meias palavras, à sua intenção de mudar os critérios de partilha dos recursos dos fundos de participação dos estados e municípios. "Precisamos superar alguma rigidez que foi introduzida não só pela Constituição, mas que nela foi sedimentada por algumas posturas patrimonialistas que remontam à colônia, muitas vezes ao modo senhorial em que o próprio país foi fundado e colonizado."